

PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARIUNA - SP

Estudo Técnico Preliminar 1212/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 917-924/2026

2. Descrição da necessidade

A presente contratação visa atender à necessidade contínua de aquisição de materiais e equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC, destinados à manutenção, reposição, ampliação e suporte da infraestrutura tecnológica das unidades administrativas do órgão.

A inexistência de Ata de Registro de Preços vigente compromete o atendimento tempestivo das demandas institucionais, podendo ocasionar prejuízos à continuidade dos serviços públicos, aumento de contratações emergenciais e perda de eficiência administrativa.

A demanda contempla **bens de consumo e bens permanentes**, devidamente classificados conforme as normas de contabilidade pública e de gestão patrimonial adotadas pela Administração, conforme detalhamento constante na Relação de Materiais e nos anexos que integram o presente Estudo Técnico Preliminar.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Departamento da tecnologia da Informação	Paulo Felipe Mantovani Falavigna

4. Necessidades de Negócio

Garantir a continuidade, confiabilidade e eficiência dos serviços públicos, assegurando que as unidades administrativas disponham de materiais e equipamentos de TIC adequados ao desempenho de suas atividades institucionais.

5. Necessidades Tecnológicas

Aquisição de materiais e equipamentos de TIC compatíveis com a infraestrutura existente, com especificações usuais de mercado, amplamente ofertadas, observando critérios de desempenho, durabilidade, interoperabilidade e garantia.

As especificações adotadas permitem julgamento objetivo das propostas, sendo adotado o critério de **menor preço por item**, considerando que os itens são independentes entre si.

Os bens classificados como **permanentes** possuem vida útil superior a dois anos e são passíveis de controle patrimonial, enquanto os **bens de consumo** referem-se a materiais de uso corrente ou de menor durabilidade, conforme classificação adotada pela Administração.

6. Demais requisitos necessários e suficientes à escolha da solução de TIC

Os bens deverão ser novos, sem uso anterior, atender às normas técnicas aplicáveis e possuir garantia mínima conforme prática de mercado.

As quantidades estimadas e a classificação dos bens como materiais de consumo ou materiais permanentes encontram-se detalhadas na **Relação de Materiais**, elaborada com base nos códigos CATMAT e **integrante do processo administrativo**, servindo de subsídio ao planejamento da contratação.

Considerando a natureza divisível de parte dos itens e a existência de oferta regular no mercado, a solução proposta contempla a **aplicação de cota reservada de até 25%** para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, quando cabível.

Para viabilizar tal aplicação, os quantitativos de alguns itens foram **divididos entre cota principal e cota reservada**, conforme demonstrado nos documentos técnicos que integram o processo administrativo, sem prejuízo à competitividade, à economia de escala ou à estimativa global da contratação.

Declara-se, nos termos do art. 20 da Lei nº 14.133/2021, que os bens a serem adquiridos no âmbito da presente contratação **não se enquadram como bens de luxo**, tratando-se de bens comuns de Tecnologia da Informação e Comunicação, destinados exclusivamente ao atendimento das necessidades administrativas e operacionais da Administração Pública, observados critérios de funcionalidade, desempenho, economicidade e padronização de mercado.

7. Estimativa da demanda - quantidade de bens e serviços

As quantidades estimadas foram definidas com base no levantamento das necessidades das unidades demandantes, no histórico de consumo e no planejamento da área de Tecnologia da Informação.

8. Levantamento de soluções

Foram consideradas soluções disponíveis no mercado nacional, mediante pesquisa de preços, análise de contratações similares e consulta a plataformas oficiais de compras públicas.

Concluiu-se que os itens se enquadram como **bens comuns**, sendo adequada a adoção do **Pregão Eletrônico**, com utilização do **Sistema de Registro de Preços – SRP**.

9. Análise comparativa de soluções

As soluções disponíveis apresentam características técnicas equivalentes e especificações padronizadas, não havendo diferenciação relevante que justifique a adoção de outra forma de contratação.

10. Registro de soluções consideradas inviáveis

Foram consideradas inviáveis as contratações isoladas e não planejadas, por não atenderem ao caráter contínuo da demanda e por resultarem em menor eficiência administrativa e econômica.

11. Análise comparativa de custos (TCO)

A estimativa de custos foi elaborada a partir de pesquisa de preços de mercado, cujos valores unitários médios e valores totais estimados encontram-se consolidados em planilha específica de valores médios, a qual integra o processo administrativo, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, considerando as características do objeto e a forma de contratação adotada.

12. Descrição da solução de TIC a ser contratada

A solução consiste na aquisição de materiais e equipamentos de TIC, classificados como bens comuns, **incluindo bens de consumo e bens permanentes**, por meio de **Pregão Eletrônico**, com utilização do **Sistema de Registro de Preços**, julgamento pelo **menor preço por item**, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

12.1. Local de Entrega dos Materiais

Considerando que a contratação será realizada por meio do Sistema de Registro de Preços, não sendo possível definir previamente a totalidade dos locais de entrega, os materiais serão entregues nos locais indicados pela Administração no ato de cada solicitação ou ordem de fornecimento.

Os locais de entrega poderão abranger as unidades administrativas do órgão, observadas as condições logísticas usuais e os prazos estabelecidos no Termo de Referência.

13. Estimativa de custo total da contratação

Valor (R\$): 2.749.078,89

O valor total estimado da contratação foi apurado com base em pesquisa de preços de mercado, encontrando-se detalhado na **planilha de valores médios e estimativa de custos**, bem como na **relação de materiais**, documentos que **integram o processo administrativo**.

Para fins de aplicação do tratamento diferenciado às microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, determinados itens tiveram seus quantitativos **divididos entre cota principal (75%) e cota reservada (25%)**, conforme demonstrado na memória de cálculo e na planilha de valores médios que integram o processo administrativo.

Tal divisão não caracteriza duplicidade de itens nem fracionamento indevido do objeto, tratando-se apenas de estratégia de operacionalização do critério legal de cota reservada.

14. Justificativa técnica da escolha da solução

A solução escolhida atende plenamente às necessidades técnicas da Administração, apresenta compatibilidade com a infraestrutura existente e possui ampla oferta no mercado.

15. Justificativa econômica da escolha da solução

A adoção do Sistema de Registro de Preços, aliada ao critério de julgamento por menor preço por item, promove maior competitividade, racionalização administrativa e melhor relação custo-benefício.

16. Benefícios a serem alcançados com a contratação

Espera-se alcançar maior agilidade no atendimento das demandas, redução de riscos de descontinuidade dos serviços, padronização dos materiais e melhoria da eficiência administrativa.

17. Providências a serem Adotadas

Elaboração do Termo de Referência no sistema Compras.gov, consolidação dos documentos técnicos do processo, incluindo **Mapa de Riscos, relação de materiais e planilha de valores médios**, realização do Pregão Eletrônico, formalização da Ata de Registro de Preços e acompanhamento da execução.

17.1. Documentos que integram o Estudo Técnico Preliminar

Integram o presente Estudo Técnico Preliminar, para todos os fins, os seguintes documentos técnicos:

- **Anexo I – Levantamento da Necessidade;**
- **Anexo II – Pesquisa de Preços;**
- **Anexo III – Memória de Cálculo;**
- **Anexo IV – Justificativa da Classificação dos Bens;**
- **Anexo VI – Correspondência CATMAT;**
- **Anexo VII – Mapa de Riscos.**

Os referidos anexos subsidiam o planejamento da contratação e permanecem disponíveis nos autos do processo administrativo.

18. Tratamento Diferenciado para ME-EPP

Considerando que o critério de julgamento adotado é o **menor preço por item**, conforme art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, foi realizada a análise **individual do valor estimado de cada item**.

Os itens cujo valor total estimado **não ultrapassa R\$ 80.000,00** foram classificados como de **participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte**, nos termos do art. 48, inciso I, da Lei Complementar nº 123/2006.

Para os itens **divisíveis** cujo valor total estimado **ultrapassa esse limite**, foi aplicada **cota reservada de até 25% da quantidade para ME/EPP**, conforme art. 48, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006.

19. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

19.1. Justificativa da Viabilidade

A contratação mostra-se **tecnicamente viável**, uma vez que os bens a serem adquiridos são classificados como **bens comuns de Tecnologia da Informação**, amplamente disponíveis no mercado, com especificações padronizadas e compatíveis com a infraestrutura tecnológica existente na Administração.

As especificações técnicas foram definidas com base no levantamento das necessidades das unidades demandantes e em práticas usuais de mercado, não exigindo desenvolvimento específico ou soluções customizadas, o que permite julgamento objetivo das propostas e reduz riscos de incompatibilidade técnica.

A adoção do **Pregão Eletrônico**, com utilização do **Sistema de Registro de Preços**, revela-se adequada do ponto de vista técnico, pois possibilita o fornecimento parcelado dos bens conforme a demanda, assegurando flexibilidade operacional, padronização mínima e continuidade dos serviços de Tecnologia da Informação.

Dessa forma, conclui-se que a solução proposta é **exequível, compatível com o ambiente tecnológico existente e apta a atender às necessidades da Administração**, sob o aspecto técnico.

Os riscos associados à contratação foram identificados e analisados em **Mapa de Riscos específico**, integrante do processo administrativo, cujas medidas de mitigação demonstram a viabilidade da solução proposta.

20. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

PAULO FELIPE MANTOVANI FALAVIGNA

Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação

MARCOS ROBERTO LEMES

Assistente de Gestão Pública



Assinou eletronicamente em 05/02/2026 às 12:26:04.

